



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: OURÉM	NO. PROCESSO: 2015.7.003702-4
EDITAL Nº 002/2015	SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
PERÍODO: 20 e 21 de Outubro de 2015	Data Cadastro: 29/10/2015
	CLASSE: CORREIÇÃO - ORDINÁRIA
Desembargadora Corregedora: MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO	
Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA	
1. INFORMAÇÕES GERAIS	
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Única da Comarca de Ourém	
1.2 COMPETÊNCIA: Vara Única	
1.3 MAGISTRADO (A): Omar José Miranda Cherpinski	
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular	
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 09/12/2009	
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
2.1 ENDEREÇO: Av. Pe. Angelo Moretti nº 155 Bairro Centro	
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio, porém, a documentação encontra-se no Tribunal de Justiça.	
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Todas as salas ocupadas são utilizadas inerentes ao Poder Judiciário, sendo que duas das salas são ocupadas pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. 01 sala para a Secretaria, Unaj, Protocolo e Distribuição. 01 sala dos Oficiais de Justiça 01 sala para armazenamento dos materiais de limpeza e expediente 01 sala de 02 compartimentos para o gabinete do Magistrado e 01 banheiro 01 sala de arquivo 01 sala para o Ministério Público c/ 01 banheiro 01 sala para a Defensoria Pública 01 sala para bens apreendidos 01 salão do Júri 01 copa 02 banheiros públicos	
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas () Regulares (X) Ruins Justificar: Pisos soltos, paredes com rachaduras, necessita de reforma urgente.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

2.5 LIMPEZA E HIGIENE: <input checked="" type="checkbox"/> Boas <input type="checkbox"/> Regulares <input type="checkbox"/> Ruins Justificar: É realizada por servidores cedidos pela Prefeitura.		
2.6 MOBILIÁRIO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar:		
2.7 SEGURANÇA: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Dispõe de sistema de alarme. 02 servidores do Tribunal (atendente judiciário e agente de segurança) se revezam. Cada um permanece 15 dias à noite e 15 dias durante a manhã. Ambos não permanecem armados. Não dispõem de policiamento.		
2.8 ACESSIBILIDADE: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Dispõe somente de rampa de acesso para cadeirantes, não há acessibilidade para portadores de outras necessidades.		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: A Comarca possui residência Oficial, sendo que se encontrava ocupada por um servidor, sob alegação de necessidade de conservação e por ter sofrido arrombamentos. Observações CJCI: Durante o período da Correição Geral Ordinária, foram identificados indícios de infração disciplinar por parte do servidor ocupante do imóvel, tendo sido instaurado PAD sob o nº: 2015.7.003702-4 (mesma numeração dos presentes autos de correição).		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL –PERÍODO DE EXERCÍCIO: OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI , desde 09/12/2009		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO - PERÍODO DE EXERCÍCIO: ROMULO DE SOUTO CRASTO LEITE, última substituição ocorrida no período de férias do Magistrado (01/09/2015 a 30/09/2015)		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 01/09/2015 A 30/09/2015 (Férias)		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Cumulou com a Vara Única da Comarca de Bonito, de Janeiro/15 a 13/07/2015. Juiz Eleitoral da 41ª Zona Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Somente mutirões nacionais, carcerário e outros.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não houve.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01- Omar José Miranda Cherpinski	09/12/2009	
02- Romulo de Souto Crasto Leite	01/09/2015	30/09/2015
03- Alexandre José Chaves Trindade	17/08/2015	31/08/2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

04- Júlio César Fortaleza de Lima	02/06/2015	01/07/2015
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: Nome: Francisco Alves de Souza Junior Cargo: Analista Judiciário, especialidade Direito Ato de nomeação: Portaria nº 1037/2003, de 24/06/2003 Ato de lotação: Portaria nº 1037/2003, de 24/06/2003		
4.2 SECRETARIA: Nome: Maria das Dores Guimarães Soares Cargo: Atendente Judiciário, exercendo a função de Diretor de Secretaria (cursando graduação em Serviço Social) Ato de nomeação: Portaria nº 0181, de 11/06/1986 Ato de lotação: Portaria nº 0181, de 11/06/1986 Ato de nomeação como Diretora de Secretaria: Portaria nº 014/2011, de 15/09/2011 Nome: Raimunda Domingas Garcia Batista Cargo: Atendente Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 0180, de 11/06/1986 Ato de lotação: Portaria nº 0180, de 11/06/1986 Observação: servidora desempenha as funções de Distribuidor/Protocolo, mas não recebe remuneração por tais atividades. Nome: Raimundo Adalto Alves Martins Cargo: Atendente Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 0183, de 11/06/1986 Ato de lotação: Portaria nº 0183, de 11/06/1986 Observação CJCI: servidor aprovado em concurso público para o cargo de Guarda Judiciário, mas enquadrado como Atendente Judiciário. Tentou reenquadramento como Guarda Judiciário, mas o pleito foi indeferido pelo TJE, por não ter o ensino médio completo. Nome: Ferdinando Duarte Ogorodinik Junior Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 3192/2012-GP, publicada em 04/09/2012 Ato de lotação: Portaria nº 3192/2012-GP, publicada em 04/09/2012 Nome: Ângela Maria Correa Cargo: Em Comissão de Chefe da Unidade Local de Arrecadação Ato de nomeação: Portaria nº 0619/2012-GP, de 16/02/2012 (publicada em 17/02/2012) Ato de lotação: Portaria nº 0619/2012-GP, de 16/02/2012 (publicada em 17/02/2012)		
4.3. OUTROS SETORES: Nome: Sid Nelcy Alves Teixeira (Setor de Arquivo) Cargo: Auxiliar Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 0177, de 11/06/1986 Ato de lotação: Portaria nº 0177, de 11/06/1986 Nome: Antônio dos Reis Castro Cargo: Atendente Judiciário Ato de nomeação: Portaria nº 0182, de 11/06/1986 Ato de lotação: Portaria nº 0182, de 11/06/1986 Observação: servidor aprovado em concurso público do Tribunal para o cargo de vigilante, mas		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

enquadrado como Atendente Judiciário. Atualmente desempenha suas funções como Agente de Segurança (responsável por fazer a vigilância do Fórum, sendo 15 dias durante a manhã e 15 dias durante o noturno).

Nome: Augusto Carlos Alves dos Reis

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 0178, de 11/06/1986

Ato de lotação: Portaria nº 0178, de 11/06/1986

Observação: servidor aprovado em concurso público do Tribunal de Justiça para o cargo de zelador, mas enquadrado como Atende Judiciário. Atualmente desempenha suas funções como Agente de Segurança (responsável por fazer a vigilância do Fórum, sendo 15 dias durante a manhã e 15 dias durante o noturno). Em 16/09/2014 através do Ofício nº 070/14GJ foi requerido pelo Juízo da Comarca de Ourém, a complementação de risco de vida – SIGA-DOC atuado sob o nº -. Nesse sentido, requer informações sobre a solicitação.

Nome: Roseli Conceição Sousa (COPA)

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 0179, de 11/06/1986

Ato de lotação: Portaria nº 0179, de 11/06/1986

Observações: Servidora aprovada em concurso público do Tribunal de Justiça para o cargo de servente, enquadrada como Atendente Judiciário

Nome: Amadeu José da Silva Matos (Oficial de Justiça *ad hoc*)

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 0176, de 11/06/1986

Ato de lotação: Portaria nº 0176, de 11/06/1986

Observações CJCI: servidor aprovado em concurso público do Tribunal de Justiça para o cargo de escrevente, enquadrado como Auxiliar Judiciário. Atualmente desempenhando a função de Oficial de Justiça *ad hoc*.

Nome: Thiago Duarte de Oliveira

Cargo: Oficial de Justiça Avaliador

Ato de nomeação: Portaria nº 0118/2012-GP, publicada em 19/01/2012

Ato de lotação: Portaria nº 0118/2012-GP, publicada em 19/01/2012

Nome: Dagmar Costa Targino – servidora cedida pela Prefeitura desde Dezembro/2012

Cargo: Serviços Gerais

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: JANUÁRIO CONSTANCIO DIAS NETO-
Maio/2015

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim. É Promotor Titular na comarca de Santa Luzia do Pará

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há Defensor Público desde novembro de 2014.

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Prejudicado

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Prejudicado



6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS:
6.1.1 FROTA: 02 (duas) motos e 01 (um) carro Moto Bróz 150 Placa OTT-0555 – Fan 125 Placa JVH 4552 Veículo L 200 Triton GL Placa OTX 7128
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (x) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA: Secretaria: 04 computadores; 01 impressora multifuncional; 02 impressoras zebra; 01 scanner. Sendo que funciona na mesma sala, a Distribuição, o Protocolo e a Unaj. Gabinete: 02 computadores; 02 impressoras; 01 scanner. Sendo que funciona a Sala de Audiência. Sala dos Oficiais de Justiça: 01 computador; 01 impressora. Sala de arquivo: 01 computador. Salão do Júri: não dispõe de equipamento de informática, somente equipamento de som.
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Constantemente inoperante e com quedas na conexão.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Secretaria: 04 Sala dos Oficiais de Justiça: 01 Gabinete: 01 Ministério Público: 01 Defensoria Pública: 01 A quantidade é considerada suficiente.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1ourem@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? O servidor Francisco Alves de Sousa Junior, o qual verifica diariamente a caixa de email's.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
Observações CICI: os processos cíveis e criminais se encontram separados fisicamente. A organização dos autos é por ato processual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

A secretaria mantém pastas de nomeação de Magistrados que respondem pela Comarca; dos depósitos judiciais realizados; dos ofícios expedidos e recebidos; das cartas precatórias expedidas; citação postal expedida; abertura de subconta; tramitações externas. Não mantém pastas para os alvarás de soltura expedidos e termos de bens apreendidos;

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Para aprimoramento dos trabalhos

Observações CJCI: Somente a Diretora de Secretaria e o Magistrado possuem TOKEN. A Diretora de Secretaria está realizando ensino à Distância do curso de SIGA-DOC. Atualmente os procedimentos ainda não estão sendo feitos via SIGA-DOC.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (X) Não

Justificar: Há processos que foram sentenciados recentemente ainda pendentes de intimação da sentença.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Diariamente. A publicação é feita pelo servidor Francisco e, nas suas férias, pela Diretora de Secretaria.

Observações CJCI: A secretaria está preparando a resenha manualmente, pois quando retira a resenha pronta por dia do sistema Libra, a OAB do advogado não está incluída, apesar de cadastrada no sistema Libra.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2013: 1.330

Sentença: 125

Despacho: 917

Decisão interlocutória: 129

Audiências:

-Marcadas: 13

-Realizadas: 143

-Remarcadas: 02

-Não realizadas: 01

-Total: 159



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

Tribunal do Júri: 00

TOTAL GERAL 2014: 2.022

Sentença: 349

Despacho: 1.015

Decisão interlocutória: 287

Audiências:

-Marcadas: 20

-Realizadas: 337

-Remarcadas: 11

-Não realizadas: 03

-Total: 371

Tribunal do Júri: 00

TOTAL GERAL 2015 (até 19/10/2015): 1.133

Sentença: 149

Despacho: 612

Decisão interlocutória: 175

Audiências:

-Marcadas: 04

-Realizadas: 193

-Remarcadas: 00

-Não realizadas: 00

-Total: 197

Tribunal do Júri: 00

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	05
	Observações CJCI: No sistema, constavam 04.
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	00
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	20
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	00
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	00
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	349
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	00
	Observação CJCI: no sistema, constavam 02.
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	00
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	05
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	12 (dos quais 08 estão suspensos)
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	91 (dos quais 15 estão suspensos)
EXECUÇÃO PENAL	18
PENAS (EXCLUÍDOS OS DEMAIS)	164



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL	24	
SITUAÇÃO DE RISCO	00	
TUTELA	00	
GUARDA	03	
ADOÇÃO	00	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	00	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	02	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	01	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	01	
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	673	
Feitos com Tramitação Externa	443	
Contagem Física + Tramitação externa	1.116	
ACERVO LIBRA	1.142	
Observação CJCI: Os processos suspensos não foram incluídos na contagem final.		
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	375	248
2013	658	125
2014	588	349
2015 (até outubro)	131	155
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (X) Sim () Não Justificar: Vermelho: réu preso; Rosa: BOC (Ato infracional); Verde: TCO; Amarelo: carta precatória; Laranja: ação penal; Lilás: violência doméstica; Azul claro: execução penal; Preto: contra administração pública;		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (2) INICIAIS; (1) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (2) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (2) IDOSO; (1) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (2) AÇÕES DE ALIMENTOS; (1) RÉU PRESO; (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

- (1) ALVARÁ DE SOLTURA;
(3) POR ORDEM CRONOLÓGICA
(3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(1) OUTRO (CARTA PRECATÓRIA; MANDADO DE PRISÃO)

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS	X	
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Não é realizado controle, pois até a data da correição não havia procedimentos de tal natureza em trâmite. Após a correição geral ordinária, foi instaurado o PAD nº 20157003702-4.

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

Meta cumprida

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012):

Meta cumprida

10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Não há iniciais pendentes de análise de pedido liminar.

11. INDICADORES CRIMINAIS

11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

Meta cumprida
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 03
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 01 (Medida de internação em Hospital de Custódia)
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (X) Sim () Não Justificar:
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Não é possível verificar os crimes dolosos contra a vida cuja denúncia tenha sido recebida até 31/12/2009, pois o Libra fornece os dados a partir da data da distribuição dos processos, nesse sentido, foi possível identificar os seguintes dados: Quantidade de processos distribuídos até 31/12/2009: 69, dos quais 54 já foram julgados e 15 estão pendentes de julgamento. Desta forma, 80% de 69 corresponde a 55 e, considerando que 54 foram julgados, falta o julgamento de 01 processo para alcançar a meta.
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 03 Júris Observação CJCI: No sistema libra não consta a realização de nenhum Júri desde o ano de 2013.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 01
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (x) Não Justificar:
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 03 Observações CJCI: O controle mantido pela secretaria é o acondicionamento dos feitos de adolescentes infratores em local específico. Tal quantitativo foi retirado a partir da análise dos autos do processo. Não é feita planilha de controle. Recomenda-se a confecção de uma planilha que indique o nome do adolescente, o número de



processo, a espécie de medida, a data de início e previsão de término da medida.
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (X) Não Justificar: Atualmente as medidas estão sendo fiscalizadas pelos órgãos municipais. No entanto, depende de Convênio para a designação de Assistente Social para a realização de estudo psicossocial. O Tribunal, inclusive, encaminhou minuta de convênio para ser renovado, e está em fase de negociação com a Prefeitura.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? NÃO
12.7 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado.
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, o CRAS e o Conselho Tutelar.
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar: Observações CJCI: Sentenciado o processo, é verificada a habilitação do advogado e a sentença é publicada no DJE, remetendo-se posteriormente ao MP, para ciência. Se houver recurso, expede-se guia provisória. Se transitou em julgado, expede-se a guia definitiva (ambas tramitadas pelo Libra ao gabinete para assinatura eletrônica do Magistrado para encaminhamento ao Juízo da Execução competente e ao sistema penal). A documentação obrigatória tem sido remetida ao Juízo da Execução Penal competente. Quando o condenado está em liberdade e a sentença transita em julgado, expede-se o mandado de prisão, e depois de recolhido, a Polícia envia a notícia do local onde o condenado foi preso para então os documentos necessários serem remetidos ao Juízo da Execução, para o cumprimento da pena.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (X) Não Justificar: Observações CJCI: Na análise processual por amostragem, se identificou processos com pendência de expedição de atestado de pena a cumprir. Assim como, só há ofício encaminhando o apenado, sem que conste a data de início e término da pena restritiva de direito.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?

(X) Sim () Não

Justificar:

Observações CJCI: A secretaria mantém uma pasta com a frequência dos apenados, contendo o termo de comparecimento com o número do processo, o nome do condenado e as condições impostas (mas sem a fixação da data inicial determinada pelo Juízo). Também são anexados alguns documentos como, por exemplo, a sentença.

Na análise processual por amostragem, se identificou que a Unidade não está fiscalizando o cumprimento da pena restritiva de direito junto ao estabelecimento determinado. Somente há ofício encaminhando o apenado.

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Há somente a carceragem da delegacia.

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não

13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA?
Mensalmente

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não

14 PRECATÓRIAS

14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 03

14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 01

14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 06

14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

() Sim (x) Não

Justificar: Não há controle de prazo, e somente é feita cobrança através de ofício. Os processos que aguardam devolução de carta precatória permanecem acondicionados em local específico.

15 INQUÉRITOS POLICIAIS

15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00

15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 05

15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 363

16 PETIÇÕES:

16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00

16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 02 inquéritos que deram entrada

16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00



16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 07		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 07, que são as pendentes de juntada.		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 41		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00		
Observações CJCI: No libra constam 750 processos paralisados há mais de 100 dias.		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 61		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 05		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 36		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
AMADEU JOSÉ DA SILVA MATOS	03	19.10.2015
THIAGO DUARTE DE OLIVEIRA	04	19.10.2015
Observações CJCI: Tal quantitativo foi retirado da contagem física dos processos que aguardam devolução de mandado - os autos dos processos que aguardam devolução de mandado permanecem acondicionados em pilha própria, separado por Oficial de Justiça. No relatório retirado do sistema Libra, identificou-se a quantidade de 161 mandados pendentes de devolução. Tal quantitativo possivelmente decorre de falha no sistema no momento da baixa. Os oficiais de Justiça não possuem conta de acesso ao sistema Libra. Recomendar que seja feita a solicitação.		
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Justificar: A secretaria mantém os processos que aguardam devolução de mandado em local específico, separado por Oficial de Justiça. Assim, a cobrança é feita verbalmente, sobretudo porque os Oficiais são diligentes e não demoram a cumprir os mandados.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	82	SETEMBRO/2015
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	05	Setembro/2015
17.7.3 ADVOGADO	01	SETEMBRO/2015
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?		
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		
Justificar: O controle do prazo extrapolado é realizado. A secretaria mantém uma pasta de todas as cargas realizadas, e, uma vez ao mês, verifica os prazos e cobra a devolução, através de Ato Ordinatório. Somente o Ministério Público é cobrado pessoalmente.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

Sim () Não

Justificar: Somente no Libra.

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

() Sim (X) Não

Justificar: Permanecem acondicionados em sala específica, mas que não conta com segurança adequada.

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

Sim () Não

Justificar: Através da juntada do Termo de Recebimento fornecido pelo Libra.

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: relação extraída do libra em anexo, porém, não condiz com a realidade, pois todas as armas de fogo já foram recolhidas, mas constam ainda no sistema Libra. O perfil do Libra da Diretora de Secretaria não a permite proceder à baixa no sistema.

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

() Sim (X) Não

Justificar: É providenciado o imediato recolhimento, independentemente da quantidade apreendida.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

() Sim (X) Não

Justificar:

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim () Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

() Sim (X) Não

Justificar:

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim () Não

Ângela Maria Correa

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim () Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

() Sim (X) Não

Justificar: São cobradas após prolação da sentença (custas remanescentes pendentes de pagamento).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
Não foram apresentadas considerações.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
Não foram apresentadas considerações.

Ourém, 20 de Outubro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Processo nº 2015.7.003702-4

CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA COMARCA DE OURÉM

Período: 20 e 21 de outubro de 2015.

No dia 20 de outubro de 2015, às 09:00 horas, foi declarada aberta a Correição Ordinária na comarca de Ourém e foi realizada reunião com o Juiz titular da Vara única e com os servidores da Comarca, pela Exma. Sra. Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, pela Juíza Auxiliar da CJCI, Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, e pelo Juiz Auxiliar Dr. José Antônio Ferreira Cavalcante, para ouvi-los, e também para expor como seriam desenvolvidos os trabalhos durante a Correição ordinária.

O Juiz José Antônio expôs que ficaria responsável pela Correição do Cartório Extrajudicial e a Juíza Mônica expôs que ficaria responsável pela Correição das atividades judiciais, e ambos se colocaram à disposição, para receberem eventuais reivindicações e pedidos de orientação tanto durante a Correição quanto após a realização da Correição.

No dia 21 de outubro de 2015, às 11:00 horas, houve reunião com o Juiz titular da Vara e com os servidores da comarca, para o encerramento da Correição, tendo sido feitas recomendações sobre o que foi verificado durante os trabalhos correcionais.

A Exma. Sra. Desembargadora Maria do Céu, Corregedora de Justiça, expôs para os presentes algumas situações identificadas durante a Correição, que podem ser melhoradas para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, entre as quais: 1- TCO's desde 2014 sem movimentação; 2 - pendência de certificação em cartas precatórias e também uma carta precatória cadastrada como penal, apesar de ser de natureza cível; 3 - necessidade de fiscalização no cumprimento das penas em meio aberto, e certificação sobre o prazo de cumprimento; 4 - necessidade de certificação sobre o encaminhamento de ação de improbidade administrativa para o Superior Tribunal de Justiça, para julgamento de conflito negativo de competência; 5 - medidas protetivas sem movimentação desde novembro de 2013, com pendência de certificação (as medidas protetivas podiam até se encontrar sem finalidade, no caso em que as partes tenham se reconciliado); 6 - foi feita ainda observação sobre ofícios cadastrados no Sistema como mandados para cumprimento pelos oficiais de Justiça (recomendação: abrir

1

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

livro de protocolo); 7 – pendência de carimbos de juntada nos mandados. Foi exposto ainda ao Magistrado titular da Vara única a necessidade de verificação da regularidade da portaria de nomeação de auxiliar judiciário para ocupar a função de Oficial de Justiça *ad hoc*.

A Juíza auxiliar da Corregedoria de Justiça, Dra. Mônica, pontuou também algumas recomendações para a Secretaria da Vara e para o Magistrado: 1 - que fosse efetuado o cálculo das custas judiciais antes do encaminhamento dos autos para sentença, quando não se tratar de beneficiário de Assistência Judiciária; 2 - que fosse feito o acompanhamento pela Secretaria da execução das medidas socioeducativas de adolescentes infratores, sobretudo a MSE de prestação de serviços à comunidade (com elaboração de planilha); 3 - que fosse feito o acompanhamento mais eficaz da execução das penas em meio aberto; 4 – que se realizasse a cobrança de IPL's que se encontravam na DEPOL desde 2012, ou além do prazo; 5 - que o Magistrado dê prioridade aos processos remanescentes da Meta 02 do CNJ, que eram somente 04 (quatro).

A Diretora de Secretaria, Sra. Maria das Dores, requereu apoio na estrutura de trabalho pelo TJPA, informando que já solicitou novos computadores para a Secretaria, que são de 2007, para serem substituídos, e ainda não foi atendido o pleito. Expôs ainda a necessidade de ponto lógico.

O Juiz auxiliar da CJCI, Dr. José Antônio, pontuou algumas situações identificadas no Cartório Extrajudicial, entre as quais, a pendência de abertura de livros pelo Cartório.

Foi recomendado aos Oficiais de Justiça que efetuem a devolução dos mandados, através do Sistema Libra.

DO GABINETE:

Juiz titular: OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI, desde 09/12/2009.

Vara única, com competência ampla.

A sala de audiências fica ao lado do gabinete do Magistrado.

Há 01 (um) servidor analista judiciário formado em Direito, que auxilia no Gabinete e nas audiências, e não há estagiários. Não há assessor.

O Gabinete realiza o cadastro das audiências, através do servidor, sendo agendadas pelo Gabinete as datas das audiências. Os despachos/decisões designando audiências retornam do Gabinete para a Secretaria com data marcada.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

2
Bautista



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

O Gabinete mantém agenda com as audiências designadas, que não são marcadas para prazo superior a 60 (sessenta) dias após a prolação do despacho de designação, e, sempre que possível, são agendadas para o mês posterior ao da prolação do despacho.

A pauta de audiências estava para novembro de 2015.

Em média, são realizadas de 02 a 10 audiências por dia, dependendo da matéria e do tipo de audiência.

As audiências são realizadas de segunda a quinta-feira, e, esporadicamente, às sextas.

O número de audiências realizadas reduziu em virtude da ausência de Defensor Público, apesar de o Magistrado nomear advogados dativos.

Os processos que aguardam realização de audiência permanecem no Gabinete (em compartimento próprio), e o servidor do Gabinete fica responsável por manter o controle dos processos que aguardam audiência, assim como, por preparar os mandados e as intimações para a realização das audiências.

Em média, uma semana antes da data da audiência, é verificado pelo servidor se há pendência de juntada de algum documento ou de cumprimento de ato para sua realização.

Quando, por algum motivo, há redesignação de audiência, as partes presentes saem intimadas, e é realizada a intimação em Secretaria das partes que comparecem espontaneamente na Unidade Judicial.

DA SECRETARIA:

Há 04 (quatro) servidores concursados do quadro do TJPA lotados na Secretaria, sendo 03 (três) atendentes judiciários, e 01 (um) auxiliar judiciário. O cargo de Diretor de Secretaria é ocupado por uma atendente judiciário que está cursando graduação em Serviço Social.

Há 01 (um) Oficial de Justiça avaliador e há um Oficial de Justiça nomeado *ad hoc*, o qual foi aprovado no concurso do TJPA para o cargo de escrevente, tendo sido enquadrado como Auxiliar Judiciário.

Havia 1.116 (mil, cento e dezesseis) processos em tramitação, considerando a contagem física mais a tramitação externa, constando do Sistema Libra o quantitativo de 1.142 (mil, cento e quarenta e dois).

Os processos são todos identificados por tarjas de cores diferentes, em material de cartolina, colocada na lateral dos autos: Ações penais (denúncias),



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

com tarja laranja, execução penal, com tarja azul, medidas protetivas, com tarja lilás, BOC's com tarja rosa, TCO'S na cor verde, cartas precatórias com tarja amarela, e processos contra o Município na cor preta.

Os processos se encontram acondicionados em armários fechados, e os criminais estão separados dos cíveis, em um espaço físico reduzido.

Em um armário, se encontram os processos suspensos, os que aguardam devolução de precatória, processos que aguardam resposta de ofícios. Há também escaninhos para devolução de mandados separados por oficial de Justiça (que são dois).

Em outro armário, se encontram processos que aguardam manifestação da parte, processos que aguardam recolhimento de custas e processos aguardando o trânsito em julgado.

Processos julgados, com baixa no Sistema, ficam acondicionados em um armário específico, e há um armário com pastas, contendo ofícios e outros documentos.

São mantidos, por cautela, livros pela Diretora de Secretaria de flagrantes, cartas precatórias, medidas protetivas, suspensos, curatela, BOC's, para o caso de problema de funcionamento do Sistema Libra. A diretora de Secretaria expôs que há maior segurança nessa manutenção, embora dê mais trabalho.

São alimentados os Sistemas do CNJ: BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão), Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL), apreensão de bens, etc.

Há controle do prazo prescricional dos processos criminais, inclusive dos suspensos, realizado na contracapa dos autos.

Havia somente 04 (quatro) processos da Meta 2 do CNJ (ajuizados até 31/12/2011), sendo duas ações de interdição/curatela, que aguardam realização de perícia psiquiátrica, uma ação de inventário, a qual será extinta pelo magistrado por falta de interesse das partes, e uma ação revisional de contrato, que está na fase de alegações finais. Consta do portal das metas mais um processo de 2009, entretanto, se trata de procedimento policial que não deveria constar da relação de processos da Meta 02.

Não há processos das Metas 04 e 06/2015 do CNJ.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014, não houve cumprimento da Meta 01 do CNJ (julgamento de ações em número maior do que as ajuizadas no ano). A referida Meta estava sendo cumprida no ano de 2015, com número de ações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

julgadas superior ao número de ajuizadas até o mês de outubro do referido ano.

Falta o julgamento de 01 (um) processo para o cumprimento da Meta 4/2014-ENASP/CNJ (julgamento de 80% das ações penais de crimes dolosos contra a vida cuja denúncia tenha sido recebida até 31/12/2009), tendo sido julgados 54 do total de 69.

Os processos com vista mais antiga para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e advogados datavam de setembro de 2015.

A carga mais antiga para Oficiais de Justiça datava de 19/10/2015.

* Recomendação: Os oficiais de Justiça devem devolver os mandados pelo Sistema Libra.

Os processos que envolvem idosos não possuem tarja de identificação, nem outro tipo de identificação.

Havia 05 (cinco) processos conclusos para o Juiz há mais de 100 (cem) dias.

Havia 750 (setecentos e cinquenta) processos conclusos em Secretaria há mais de 100 (cem) dias, de acordo com informação extraída do Sistema Libra, incluindo os processos com vista ao Ministério Público e para advogado.

Havia 07 (sete) petições pendentes de juntada.

Foram identificados 363 (trezentos e sessenta e três) Inquéritos Policiais encaminhados à Delegacia de Polícia antes de 2012, que ainda não haviam retornado.

Não há assistente social nem outro profissional da equipe multidisciplinar (psicólogo ou pedagogo) do quadro do TJPA, nem cedido do Município, para atuar no Fórum, na realização de estudos psicossociais. O TJPA encaminhou minuta de Convênio com a Prefeitura Municipal, para designação de Assistente Social para tal finalidade, pois não há assistente social do Pólo de Capanema do quadro do TJPA, havendo 03 (três) cedidos pelo referido Município.

As medidas socioeducativas de Liberdade assistida e semiliberdade são acompanhadas pelo CRAS, assim como algumas medidas protetivas de vítimas de violência doméstica e familiar.

De acordo com informação da Diretora, havia 02 (duas) ações de investigação de paternidade pendentes de recolhimento de material genético, e a Secretaria aguarda a posição do Setor Social do TJPA sobre a disponibilização do kit, sendo feita a solicitação através de ofício, encaminhado pelos Correios,

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juiz Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

além de manutenção de contato telefônico.

A pendência de recolhimento de material genético era maior, entretanto, houve redução em virtude das últimas coletas realizadas no primeiro semestre de 2015.

Algumas armas apreendidas que já foram recolhidas ainda constam do Sistema Libra e não está sendo feita a alimentação no Sistema do CNJ de informação sobre armas apreendidas, sendo feita somente no Sistema Libra.

Durante a Correição, foi realizada visita pela Desembargadora Corregedora de Justiça e pelos Juízes auxiliares da CJCI à residência oficial, que não se encontrava ocupada pelo Magistrado, mas sim por um servidor da Comarca, tendo sido, de imediato, encaminhada recomendação ao Juiz pela Desembargadora Corregedora para desocupação da residência, e para apuração do que foi verificado no local, conforme documentos, em anexo, tendo sido instaurado PAD. Seguem fotos de imagens registradas no local.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos da Meta 02 do CNJ, de TCO's, de ações de execução fiscal, de violência doméstica, de processos cíveis e penais excluídos das Metas e de cartas precatórias cíveis.

RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Realizar o cálculo das custas remanescentes antes de encaminhar o feito para sentença, nos processos que não são de Assistência Judiciária;
- 2 – Realizar acompanhamento das medidas socioeducativas, elaborando planilha para um acompanhamento mais eficaz;
- 3 – Efetuar identificação na capa de processos que envolvem idosos;
- 4 – Cobrar a devolução dos Inquéritos Policiais que estão há bastante tempo na Delegacia de Polícia do Município (desde 2012);
- 5 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias;
- 6 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Meta 02 do CNJ;
- 7 – Cobrar devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, e recebê-los através do Sistema Libra;
- 8 – Certificar o cumprimento de cartas precatórias, pendentes da expedição de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

certidão;

- 9 – Cadastrar como penal a carta precatória que se encontrava, por equívoco, cadastrada como cível;
- 10 – Fiscalizar o cumprimento das penas em meio aberto, certificando sobre o prazo de cumprimento;
- 11 – Certificar o encaminhamento de ação de improbidade administrativa para o STJ, para julgamento de conflito negativo de competência;
- 12 – Dar andamento às medidas protetivas sem movimentação desde novembro de 2013, pendentes de expedição de certidão, as quais podem até se encontrar sem finalidade, no caso em que as partes tenham se reconciliado, por exemplo;
- 13 – Abrir livro de protocolo para os ofícios distribuídos aos Oficiais de Justiça que não podem ser cadastrados no Sistema como mandados;
- 14 – Verificar os mandados que estão com pendência de carimbo de juntada;
- 15 – Cumprir diligências pendentes de cumprimento desde 2014 em Medidas socioeducativas e em medidas protetivas;
- 16 – Cobrar do Setor Social do TJPA a disponibilização de kit para coleta de material genético e realização de exame de DNA, nas ações de investigação de paternidade pendentes de realização do mencionado exame;
- 17 – Dar baixa no Sistema Libra das armas de fogo apreendidas e já recolhidas pelo Setor de Armas;
- 18 – Cadastrar as armas apreendidas também no Sistema do CNJ.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes da Meta 02 do CNJ;
- 2 – Dar andamento às medidas protetivas sem movimentação desde novembro de 2013;
- 3 – Movimentar os processos que se encontram conclusos há mais de 100 (cem) dias;
- 4 – Verificar, antes da sentença, se foi efetuado o cálculo das custas judiciais finais, e se houve intimação da parte, para recolhimento;
- 5 – Verificar o acompanhamento do cumprimento das medidas socioeducativas por adolescentes infratores, e das penas em meio aberto.

Mônica Marcel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

PROVIDÊNCIA APÓS CORREIÇÃO:

Expedir Ofício para a Secretaria de Informática do TJE/PA, solicitando o atendimento ao pedido formulado pela Secretaria da Vara, de substituição dos computadores e demais equipamentos de informática que seriam de 2007.

SALA DE ARQUIVO:

Há 01 (um) servidor concursado do TJPA auxiliar judiciário lotado no Setor de Arquivo.

Há uma sala destinada ao arquivo, bem organizada. Os processos se encontram arquivados em pastas, separados por tipo de ação e ano. As ações de divórcio são informadas ao IBGE no período solicitado. Os processos arquivados se encontram cadastrados no Sistema e, no caso de pedido de desarquivamento, são facilmente localizados, havendo uma servidora responsável pela organização. Seguem fotos, em anexo, da sala do arquivo.

UNAJ:

Há 01 (uma) servidora do TJPA nomeada para cargo em comissão de Chefe da Unidade de Arrecadação.

Outros Setores do Fórum:

Há 01 (uma) servidora Atendente judiciário que desenvolve as atividades de distribuição e protocolo, sem gratificação.

Há 02 (dois) servidores do TJPA, atendentes judiciários, ocupando o cargo de Agentes de Segurança, e há 01 (uma) servidora atendente judiciário do TJPA ocupando o cargo de servente.

Há 01 (uma) servidora cedida pela Prefeitura Municipal desde dezembro de 2012, que ocupa a função de serviços gerais no Fórum.

É o Relatório.

Belém, 07 de janeiro de 2016.


Desembargadora **MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO**
Corregedora de Justiça da CJCI


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Jackeline S. Vilhena Maia
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica da CJCI

Marco Antonio Pedrosa Araújo
MARCO ANTÔNIO PEDROSA ARAÚJO
Assessor Jurídico da CJCI

Thaiza Martins P. Sousa de Farias
THAIZA MARTINS PEREIRA
Assessora Jurídica da CJCI